Opinião Econômica

Bráulio Borges

Mestre em teoria econômica pela FEA-USP, é economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV IBRE

banrisul

O debate sobre o Bolsa Família

Programa é favorável para o bem-estar, mas deve sempre ser aprimorado e avaliado

Antes de falar sobre o tema que está no título deste artigo, acho que vale lembrar o leitor de que, dentre os economistas ortodoxos, eu sou considerado um heterodoxo, ao passo que, entre os heterodoxos, eu sou considerado um ortodoxo. Isso significa dizer que eu não faço parte de nenhum desses "times". Na verdade, o meu time é o das evidências: estou sempre tentando manter meu conhecimento atualizado à luz de novos estudos e dados.

Em várias colunas anteriores neste jornal, eu critiquei o teto de gastos criado em 2016, apontando que ele é muito superestimado pelos "ortodoxos", já que aquela regra fiscal não entregou melhoria do primário estrutural nem impediu a dívida pública/PIB (Produto Interno Bruto) de subir continuamente durante vários anos (só caiu em 2021/22 em razão do calote implícito gerado pela inflação de quase dois dígitos naquele biênio).

Aliás, o fim do teto não se deu com a aprovação da PEC da Transição, no final de 2022, como muitos ainda insistem em dizer. Esse processo teve início em 2020, quando o Congresso decidiu praticamente triplicar os gastos com o Fundeb -uma das poucas despesas que estavam fora dos limites do teto e que deverá beirar os R$ 60 bilhões neste ano. No segundo semestre de 2021, com o "calote nos precatórios" e a alteração oportunista, para cima, no indexador do teto (para aumentar os gastos às vésperas das eleições), a regra fiscal criada no governo Temer morreu de vez, com o enterro acontecendo um ano depois.

Por outro lado, em artigo publicado no Observatório de Política Fiscal do Ibre, em meados do ano passado, eu critiquei a revisão para baixo das metas fiscais do arcabouço fiscal e ainda defendi, dentre as várias medidas necessárias para o reequilíbrio fiscal brasileiro, a desvinculação do piso previdenciário dos reajustes do salário mínimo (a correção deveria ser feita por um indicador que captasse a inflação para a terceira idade, o IPC-3i, da FGV).

O salário mínimo serve para regular o mercado de trabalho, não para balizar os valores de aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais (e deve, sim, ser reajustado em termos reais, mas seguindo a evolução da produtividade do trabalho, não a variação do PIB cheio). Muitos "heterodoxos" me criticaram sobre essas posições, como se eu estivesse defendendo o congelamento nominal das aposentadorias.

Há alguns dias foi publicada a Carta do Ibre de agosto, apresentando um estudo do economista Daniel Duque. Ele apontou que as mudanças que começaram a ser introduzidas no Bolsa Família a partir de meados de 2022 -com o valor médio do benefício mais do que triplicando ante aquele praticado até 2019 e a cobertura passando de cerca de 14 milhões para pouco mais de 20 milhões de beneficiários- parecem estar gerando alguns efeitos colaterais negativos sobre o mercado de trabalho brasileiro, como alguma redução da oferta de mão de obra de alguns grupos e aumento da informalidade. Vale notar que estudo do FMI publicado no relatório "Article IV" sobre o Brasil em julho deste ano indicou algo na mesma linha.

Alguns economistas heterodoxos criticaram fortemente o trabalho de Duque, como se ele estivesse defendendo a extinção do Bolsa Família -quando, na verdade, o que ele prescreveu, à luz dos seus achados empíricos, é um aperfeiçoamento do desenho dessa política pública, de modo a melhorar sua focalização, amenizar os efeitos colaterais distorcivos sobre o mercado de trabalho e elevar a eficiência do gasto público.

Em termos líquidos, o impacto do Bolsa Família continua sendo amplamente favorável em termos de bem-estar -sendo um dos grandes responsáveis, por exemplo, por tirar o Brasil do "mapa da fome" da ONU, a despeito do forte aumento dos preços dos alimentos nos últimos anos. Contudo, o programa e todas as outras várias políticas públicas -renúncias tributárias, subsídios e gastos- devem ser continuamente avaliados e aprimorados, já que os recursos não são infinitos, e o Brasil ainda se encontra em um quadro de elevada fragilidade fiscal.

RS quer se consolidar como destino de investimentos

/ INVESTIMENTOS

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

A abertura de novos mercados para o Rio Grande do Sul com a simplificação do ambiente de negócios e a consolidação do Estado como destino de investimentos foram temas abordados durante a reunião-almoço do Sinduscon/RS realizada ontem. Durante o evento, o presidente da entidade, Claudio Teitelbaum, e o presidente da Invest RS, Rafael Prikladnicki assinaram um convênio para promoção e divulgação do Cadastro da Engenharia e da Construção Gaúcha, criado pelo Sindicato da Construção Civil.

Na avaliação de Polo, é preciso reestruturar e diversificar a logística estratégica e potencializar a transição energética, a irrigação e a resiliência climática. O secretário de Desenvolvimento Econômico destaca que o governo estadual quer qualificar a educação básica e profissional, consolidar as escolas em tempo integral e atrair e reter pessoas.

De acordo com ele, é necessário preparar os municípios gaúchos com legislação e com ambientes de negócios para receber investimentos de grandes empresas, como foi o caso da CMPC, em Barra do Ribeiro, e da Data Center, em Eldorado Sul. Sobre inovação, Polo diz que é preciso converter a inovação e a tecnologia em produtividade e avançar com a inteligência artificial na matriz econômica.

Na sequência, o presidente da Invest RS, Rafael Prikladnicki, explicou que a Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul atua em cooperação com o poder público e a sociedade, desenvolvendo ações com o propósito de atrair investimentos e promover comercialmente o Estado. Para isso, a agência de desenvolvimento participa de feiras, seminários de investimentos e palestras em eventos de diversos setores da economia. "O grande destaque do nosso trabalho fica por conta da agenda de promoção do Rio Grande do Sul em diversos setores econômicos", destaca.

Aos representantes da construção civil, presidente da Invest RS, Rafael Prikladnicki, destacou a agenda no Chile, para estreitar as relações com o país sul-americano e com a multinacional chilena CMPC, responsável pelo maior investimento privado da história do Estado. "Foi a primeira ação da agência com foco na prospecção de novos mercados na América do Sul", ressalta. Segundo Prikladnicki, a aproximação com países sul-americanos é um movimento necessário para a atração de novos investimentos.

Conforme Polo, o acordo marca um avanço nas relações internacionais do Rio Grande do Sul com o Chile e reforça o compromisso do Estado com a construção de parcerias estratégicas.

Fórum de Internacionalização para empreendedores ocorre amanhã

/ EMPREENDEDORISMO

Acontece amanhã, no Sebrae RS do Instituto Caldeira, o Fórum de Internacionalização para Micro e Pequenas Empresas. O encontro inédito em Porto Alegre estará voltado à capacitação, conexão e estímulo à atuação internacional de empreendedores. O evento acontecerá das 14h às 18h, reunindo representantes de instituições públicas, privadas, associações, entidades de ensino e organismos internacionais.

O Rio Grande do Sul já possui um ecossistema ativo de apoio à exportação, mas muitos empreendedores de pequeno porte ainda encontram barreiras como falta de informação, conexão e segurança para dar o passo rumo ao mercado externo. O Fórum surge para romper essas barreiras, apresentando estratégias, programas e cases de sucesso, e conectando empresários a uma rede qualificada de apoio.

Entre os organizadores e apoiadores estão: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Porto Alegre, Organización Internacional de Emprendedores - OIDE Perú/Brasil, Organização Brasileira de Mulheres Empresárias - OBME POA e Instituto FloresSer.

Durante o encontro, serão apresentadas pelas entidades participantes as atividades que já estão sendo realizadas em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul para contribuir com o tema da internacionalização de Micro e Pequenas Empresas, além de outras que serão implementadas. Deverão apresentar cases a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Porto Alegre, a delegação Porto Alegre da Organização Brasileira de Mulheres Empresárias (OBME) , a Organização Internacional de Empreendedores (OIDE Brasil) e o Instituto FloresSer.